

**CARLOS EDUARDO  
UCHÔA FAGUNDES**

A promessa de abertura econômica tem motivado discussões mais ou menos sérias sobre alguns temas importantes para o futuro do País —



como qualidade, produtividade, competitividade —, mas parece haver certo pudor na abordagem da questão essencial, do ponto de vista do empresariado: quais são as chances de sobrevivência da empresa nacional num sistema aberto de concorrência com fabricantes de países mais adiantados?

Costuma-se dizer que será uma confrontação com estruturas mais bem servidas tecnologicamente, mais sólidas, e que por isso a mortandade de empresas no País será grande. Parece que ninguém discorda disso. Nem o governo, que demonstra uma convicção muito forte quando defende a sua proposta.

Em certa medida, não pode ser diferente. A abertura é uma imposição e o desaparecimento de empresas será uma consequência natural, agravada pela natureza peculiar do nosso processo de industrialização. O excesso de protecionismo resultou num parque industrial exageradamente diversificado e prejudicou a busca da eficiência como condição de sobrevivência, traduzindo certa acomodação do empresário.

Há, portanto, sérios motivos de preocupação. A indústria brasileira, não obstante as felizmente numerosas exceções, encontra-se hoje em posição desafortunadamente frágil, e essa situação recomenda a análise franca e objetiva dos problemas. Só o perfeito conhecimento das deficiências vai motivar uma ação efetiva, particularmente da parte dos mais refratários — os trabalhadores ou suas lideranças. Sem isso, a mortandade pode vir a ser maior do que se espera, por mais gradual e seguro que seja o processo de abertura.

A fragilidade da indústria brasileira está associada a carências básicas, que se traduzem em prejuízo para a qualidade, baixa produtividade e, como consequência, perda de competitividade. Talvez a mais grave dessas carências seja a que decorre da qualidade da mão-de-obra. Desafortunadamente, a mão-de-obra ocupada na indústria brasileira é uma das menos produtivas do mundo.

Estudos feitos por entidades especializadas revelam que o rendimento do operário brasileiro é de cerca de 35%. Em termos simples, equivale a dizer que, em cem operários, o empregador conta efetivamente com 35.

São dados levantados em 1990, no setor de autopeças, englobando, portanto, trabalhadores metalúrgicos, que formam a categoria profissional mais qualificada, mais expressiva, porque é dela que depende todo o setor automobilístico, o de autopeças, o de bens de capital, etc. — indústrias que estão entre as de maior poder de multiplicação da riqueza.

Na comparação com os pa-

drões internacionais, constata-se que, em termos de faturamento per capita, o rendimento do trabalhador, no Brasil, é três vezes menor do que nos países industrializados. O que, teoricamente, nos coloca como potência industrial, em posição três vezes inferior à desses países.

O problema começa na ausência de escolaridade, passa pela falta de treinamento adequado e culmina com a desatenção com que a maioria age em relação a ele. Pesquisa feita numa das maiores indústrias automobilísticas do País revelou que 83% do pessoal da ativa não tem o curso primário. Isso, obviamente, limita a capacidade de aprendizado, a despeito da inegável criatividade e do poder de adaptação do trabalhador brasileiro.

Associado a esse problema, de caráter estrutural, coloca-se a atitude do empresário (já nem se fala na do governo), que nem sempre tem condições de proporcionar o treinamento ideal. Não é demais lembrar que o investimento da empresa privada na formação de mão-de-obra, especialmente por intermédio do Senai, virtualmente tornou possível a consolidação do parque industrial brasileiro. A redução do investimento em formação profissional dentro da empresa é talvez a mais danosa seqüela da crise econômica.

Não há receita mágica para resolver o problema. E, quanto mais tempo se ficar evitando encarar isso, maior será a distância que irá nos separando do Primeiro Mundo. O remédio é começar, já, a procurar meios de encaminhar uma forma de promover o aprimoramento estrutural da empresa, a partir, principalmente, da maior aproximação entre capital e trabalho. Ao empresário interessa salvar a empresa, tanto quanto ao trabalhador convém preservar o emprego.

Pode-se começar, por exemplo, pela instituição de incentivos fiscais e creditícios para as empresas que invistam em formação e aperfeiçoamento de mão-de-obra. É procurar convencer o movimento sindical, especialmente o chamado sindicalismo de resultados, a adotar uma atitude mais pragmática em relação ao assunto, incluindo a produtividade entre os itens negociados com as empresas nos contratos coletivos de trabalho. Trata-se de assumir uma atitude responsável em face dos problemas que dificultam a intenção de melhorar as condições de vida do trabalhador, a partir do fortalecimento da empresa.

Isso só terá sentido, no entanto, se a empresa for levada a investir em novas máquinas e em melhores instalações, o que depende de estabilidade econômica, de regras claras e duradouras e de confiança na proposta do governo.

A abertura não deve ser vista como uma condenação e sim como uma oportunidade que se está criando para repor o País na rota do capital estrangeiro e recuperar o tempo perdido. Mas é preciso que nos preparemos adequadamente para isso.

□ *Carlos Eduardo Uchôa Fagundes, empresário, é presidente da Associação Brasileira da Indústria de Iluminação (Abilux).*